

ELEIÇÕES

STF julga a criação de federações partidárias

Ministros vão avaliar o tema instituído na Lei dos Partidos Políticos e os prazos

» RAPHAEL FELICE

Com a volta do calendário judiciário, o Supremo Tribunal Federal (STF) vai avaliar uma série de temas relacionados às eleições. Entre as pautas a serem apreciadas está, hoje, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7201, protocolada pelo PTB, contra as federações partidárias — regra eleitoral que permite a união de siglas em eleições proporcionais (deputados e vereadores) desde que elas fiquem unidas até o fim do mandato. Em decisão provisoría proferida no final do ano passado, o ministro Luís Roberto Barroso, relator do processo, afirmou que a lei é válida, e as federações precisam registrar a parceria até maio.

Aceitos por Barroso como colaboradores na ação e com negociações de formação de federação em andamento, legendas como PCdoB, PV, Cidadania, PT e PSB querem sanar dúvidas diante do novo instrumento. Para o presidente do PSol, Juliano Medeiros, a decisão do STF vai servir para preencher lacunas sobre o que pode, ou não, durante a formação de uma federação. O outro julgamento do dia será outra ADI 6281 contra artigos da lei eleitoral que vetam a publicação de propaganda eleitoral em veículos de imprensa por partidos, coligações e candidatos. Atualmente, o ator envolvido diretamente na eleição só pode realizar impulsionamento de conteúdos nas redes sociais. A ação é de autoria da Associação Nacional de Jornais, relatada pelo presidente do STF, Luiz Fux.

Amanhã, a Corte discute o início do prazo de validade para a Lei da Ficha Limpa, cujo relator é Kassio Nunes Marques.

Com as eleições se

Nelson Jr./SCO



O julgamento no Supremo é muito aguardado por dirigentes partidários



As federações foram criadas no fim do ano no Congresso. Então, ainda há muita insegurança jurídica no processo"

Juliano Medeiros,
presidente do PSol

aproximando, caciques partidários discutem a judicialização da política. Parte deles aponta falhas no Poder Legislativo, que promoveu mudanças na lei

eleitoral. Diz, ainda, que o STF está ocupando papel que deveria ser executado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

“O papel de fiscalização e de regras é do TSE, mas como o STF é guardião da Constituição, tudo o que beira à constitucionalidade ou esteja saindo dela costuma ir à Corte. Qualquer cidadão, partido tem o direito de recorrer ao STF naquilo que fere a Constituição. Por isso, até mesmo algumas deliberações do próprio TSE podem ser corrigidas pelo Supremo”, explicou Carlos Lupi, presidente do PDT.

Juliano Medeiros, presidente do PSol, contou que o partido está na metade do caminho para chegar a um acordo de federação com a Rede. Segundo ele, a decisão do Supremo é importante para preencher “lacunas”

e trazer mais segurança jurídica.

“As federações foram criadas no fim do ano no Congresso. Então, ainda há muita insegurança jurídica no processo. Com a decisão do STF sobre o tema, a constitucionalidade das federações devem ser validadas”, frisou.

O especialista Ricardo Barreto, advogado e doutor em direito pela Universidade de Brasília (UnB) frisou que “o STF tem competência de fazer controle de constitucionalidade das normas aprovadas pelo Congresso e de examinar se essa lei viola ou não a Constituição Federal 1988”. “A competência do TSE é outra, de regulamentar. O TSE não examina a constitucionalidade da lei, mesmo que eleitoral. Ele regula e imprime aplicabilidade a ela”, acrescentou.

Cidadania adia decisão sobre união

A executiva nacional do Cidadania se reuniu, ontem, para votar se indicaria a formação de federação com PSDB, Podemos ou PDT — que oficializaram propostas à sigla — e terminou o encontro rachado, após quase quatro horas de debates. Os 21 integrantes do grupo votaram cada possibilidade individualmente, e nenhuma delas obteve maioria.

Em relação ao PSDB, o placar ficou empatado: 10 votos a favor, 10 contra e uma abstenção — do ex-senador Cristovam Buarque, que é contra formar federação com qualquer partido pretendente. Nos casos do Podemos e do PDT, o placar ficou igual: 11 votos contrários e oito favoráveis. Durante a reunião, ficou clara

a divisão sobre o tema. A bancada de São Paulo e o presidente nacional, Roberto Freire, defendem a união com os tucanos, mas enfrentam resistência de outras duas alas. Puxada pelo senador e presidenciável do partido, Alessandro Vieira (SE), os representantes de Sergipe e do Paraná são mais propensos à federação com o Podemos e ao apoio à pré-candidatura do ex-juiz Sergio Moro. Um terceiro grupo, liderado pela bancada do Ceará, se aproxima do pré-candidato Ciro Gomes (PDT).

Climão

Pouco depois do encerramento do encontro, Vieira

publicou uma mensagem em rede social deixando transparecer o racha e o mal-estar na sigla após o encaminhamento das negociações pela cúpula partidária, que tende a uma união com o PSDB, como revelou o resultado das votações.

“A Executiva do Cidadania encerrou sua reunião sem aprovar indicativo favorável à federação com PSDB, Podemos ou PDT. O diretório nacional voltará a tratar da questão mais adiante. Política se faz com construção respeitosa e diálogo, sem imposições ou atropelos”, escreveu o senador, sem mencionar se segue ou não na corrida presidencial. Durante o encontro, Vieira votou contra a federação com as

três siglas, mantendo-se na disputa eleitoral.

Na semana passada, o governador de São Paulo, João Doria, chegou a parabenizar os presidentes das duas siglas, Freire e Bruno Araújo, do PSDB, pela “ótima decisão de se criar uma federação partidária”. A manifestação, contudo, foi prontamente contestada por Vieira, que incluiu o Podemos como opção de acordo.

Sem consenso, a Executiva deixou a decisão de formar ou não uma federação — e com quem — para a reunião do diretório nacional, marcada para 15 de fevereiro. Na ocasião, 120 integrantes poderão se posicionar a respeito.

Thomas Samson/AFP



Lula já escolheu quem comandará a campanha

ao máximo, e a questão do marketing é central nisso”, disse.

Especialista em marketing político, Janiel Kempers mencionou o impacto das redes sociais nas campanhas. “Desde as eleições de 2018, as rodas de conversas saíram das esquinas e foram para

as plataformas como WhatsApp, Facebook e Instagram. Hoje, nós temos boa parte do eleitorado representado de alguma forma dentro das mídias sociais”, frisou.

***Estagiários sob supervisão de Cida Barbosa**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



A política mundial caminha no sentido anti-horário; no Brasil, também

Desde a eleição do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, a política mundial caminha no sentido anti-horário. As recentes eleições chilenas e, neste fim de semana, os pleitos portugueses mostram isso. A onda eleitoral favorável às forças mais conservadoras e reacionárias, em vários países da Europa e da América Latina, foi contida em razão de fatores que também estão se apresentando nas eleições brasileiras. Primeiro: indiscutivelmente, a pandemia de covid-19 desorganizou a economia e escancarou as desigualdades sociais num quesito básico, o direito à vida. Segundo: o novo choque de petróleo, patrocinado pela Opep, pela Rússia e pela Venezuela, grandes produtores mundiais. Terceiro: a economia do carbono está tornando a vida humana no planeta muito mais difícil e ameaça o futuro da espécie. Quarto: a compreensão no Ocidente de que não existe salvação fora da democracia, por sinal, muito bem lembrada em 27 de janeiro passado, em memória do Holocausto.

É uma corrida contra o tempo, porque o mundo está mudando em razão das novas tecnologias e sua utilização em grande escala, mas essas mudanças estão aprofundando o fosso entre o centro e a periferia do capitalismo e entre ricos e pobres, em todas as sociedades, algumas menos, a maioria mais, o que coloca em risco a própria democracia. O status quo internacional herdado do pós II Guerra Mundial está sendo posto em xeque, como agora, na crise da Ucrânia, que, mais uma vez, confirma a tese de Jürgen Habermas, um filósofo e sociólogo alemão, de descongelamento do pacto de fronteiras tecido na Conferência de Yalta, na Criméia, que na época ainda era território da Rússia. Realizado entre os dias 4 e 11 de fevereiro de 1945, o encontro reuniu o presidente americano Franklin Roosevelt, o premiê britânico Winston Churchill e o líder soviético Joseph Stálin. Desde a queda do Muro de Berlim, velhos conflitos entre nações e povos da Europa estão sendo exumados.

Estamos diante de uma nova “guerra fria”, na qual os Estados Unidos estão abrindo duas frentes de fricção: uma na Ásia, aliado a Taiwan e ao Japão, contra a China; a outra, no Leste Europeu, aliado à Inglaterra e à Ucrânia, contra a Rússia. É nesse cenário que agora se desenvolve a corrida mundial para reinventar o Estado e a disputa pela hegemonia da nova economia mundial, que substituirá o carbono pela energia limpa. Esse é, também, o pano de fundo da disputa política que está em curso no Brasil, em razão das eleições de outubro próximo. A polarização política que estamos observando nas eleições faz parte desse contexto.

Bolsonaro representa as forças mais conservadoras desse processo, com as quais está se articulando internacionalmente, embora tenha perdido seus principais aliados na cena mundial, com as derrotas de Donald Trump, nos Estados Unidos, e Benjamin Netanyahu, em Israel. No outro lado do campo, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva se esforça para ocupar o espaço das forças de centro, embora sua candidatura seja essencialmente de uma esquerda tradicional. O reposicionamento de Lula não ocorre por acaso. O ex-presidente está conectado a lideranças importantes da Europa e sabe que o desafio de incorporar o Brasil à nova realidade global depende de novos paradigmas e não do velho nacional-desenvolvimentismo. Será capaz de fazer isso?

Desafios ao centro

De certa forma, o destino das forças políticas que buscam a construção de uma terceira via nas eleições presidenciais depende dessa resposta. Caso Lula faça seu *aggiornamento*, a estratégia de seus concorrentes no campo democrático não passará da mera busca de sobrevivência na trincheira parlamentar. A massa crítica adquirida por sua candidatura nas camadas de mais baixa renda, beneficiadas durante seu governo, sustenta a polarização com o presidente Jair Bolsonaro, cuja posição segura no segundo turno está ameaçada, mas não a ponto de se tornar irreversível. Em razão da força do Estado brasileiro e das corporações e segmentos da sociedade que se identificam com sua narrativa, Bolsonaro ainda garante seu lugar no segundo turno.

Os demais candidatos de oposição enfrentam duas grandes dificuldades: a fragmentação do seu campo de forças, que funciona como um balaio de caranguejos, ou seja, quando um pré-candidato tenta fugir do cesto, o outro o puxa para baixo; e a ausência de uma narrativa eleitoral robusta, que consiga sensibilizar a grande massa do eleitorado refratária à polarização e oferecer propostas exequíveis para a retomada do desenvolvimento.

Teoricamente, Ciro Gomes (PDT), Sergio Moro (Podemos), João Doria (PSDB), André Janones (Avante), Simone Tebet (MDB), Alessandro Vieira (Cidadania), Rodrigo Pacheco (PSD) e João Amoêdo (Novo), protagonistas da fragmentação, podem enfrentar esse problema. Para isso, precisam promover, sinceramente, uma composição dessas forças em bases programáticas e eleitorais sustentáveis; formular um programa comum, que dê respostas à necessidade de fortalecer a democracia e desenvolver o país de forma sustentável e integrada à economia mundial; e defender o combate efetivo à desigualdade e à exclusão social, com metas claras e exequíveis. Parece fácil, mas não é.

A vez dos marqueteiros

» BERNARDO LIMA*

» GABRIELA CHABALGOITY*

De olho nas eleições de outubro, três dos principais pré-candidatos à Presidência da República, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT); o ex-ministro Sergio Moro (Podemos) e o ex-governador Ciro Gomes (PDT), escolheram seus marqueteiros.

Lula optou por Augusto Fonseca, da MPB Estratégia & Criação, para comandar sua campanha. Ele já trabalhou para Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em 1994; e com o próprio petista, em 2002, subordinado ao publicitário Duda Mendonça. Participou, ainda, da campanha de Aécio Neves (PSDB), em 2014, e de Ciro Gomes, em 2018.

O argentino Pablo Nobel foi o escolhido de Moro. Ele integrou a AM4, agência que coordenou a campanha digital do presidente Jair Bolsonaro em 2018. Há

40 anos no Brasil, o publicitário já trabalhou com marqueteiros como João Santana, responsável por diversas campanhas do PT.

Marqueteiro de campanhas de Lula e da ex-presidente Dilma Rousseff ao Planalto, João Santana será o responsável pela comunicação de Ciro Gomes. Ele já deu uma mostra do tom que será adotado na corrida eleitoral: a intenção é passar a imagem de que o pedetista é “rebelde”.

Já o presidente Jair Bolsonaro (PL) foi apresentado a vários nomes, mas ainda não bateu o martelo. Em dezembro do ano passado, o chefe do Executivo chegou a afirmar que não contratará um marqueteiro para a disputa pela reeleição.

O cientista político André César explicou que uma boa equipe de marketing é fundamental nas eleições. “É uma campanha muito complexa, com várias dimensões e vertentes. Tem de profissionalizar